

INTERVENÇÃO – A incontornável referência na história da Animação Sociocultural em Portugal

Compilação elaborada por Marcelino de Sousa Lopes

Intervenção – associação para a promoção e divulgação cultural; Universidad de
Tras-Os-Montes Alto Douro (Portugal)

RESUMO

Na história da Animação Sociocultural emergem 3 projetos com a designação INTERVENÇÃO, dois de caráter informal: Intervenção – Revista de Animação Sócio-Cultural, criada em 1979 e Intervenção – Revista dos Animadores, criada em 2004 e um projeto de caráter formal de âmbito nacional, com personalidade jurídica, criado em 2006 e denominado: Intervenção – associação para a promoção e divulgação cultural.

PALAVRAS CHAVES

Animação Sociocultural, Intervenção, promoção e divulgação cultural.

RESUMEN

En la historia de la Animación Sociocultural surgen 3 proyectos con el nombre INTERVENCIÓN, dos de carácter informal: Intervenção – Revista de Animação Socio-Cultural, creada en 1979 e Intervenção – Revista dos Animadores, creada en 2004 y proyecto formal de alcance nacional, con personalidad jurídica, creada en 2006 y denominada: Intervenção – associação para a promoção e divulgação cultural.

PALABRAS CLAVE

Animación Sociocultural, Intervención, promoción y difusión cultural.

Historia da Intervenção I. “Intervenção – Revista de Animação Sócio-Cultural” 1977 a 1982 – Organização informal

Em fevereiro de 1977, surge, em Portugal, uma revista que pretendia servir de tribuna aos Animadores Socioculturais e aos projetos de Animação Sociocultural que então ocorriam de norte a sul do país.

Procurava ainda trazer a discussão questões ligadas à ação dos Animadores de promover o debate teórico à volta da Animação Sociocultural, em Portugal. *Intervenção – Revista de Animação Sócio-Cultural* nasce da vontade e do querer de um conjunto de pessoas, de que se destacam Luís Martins (proprietário e diretor), e os colaboradores: Rodolfo Proença de Jesus, João Fonseca, Paulo Poiares, José Antunes, Maria P. Jesus, Maria do Carmo, Luis Quintaneiro e Joaquim Pereira.

Luís Martins enunciou no editorial do primeiro número os propósitos desta revista:

"Intervenção surge pelo esforço de um grupo de Animadores que constataram da necessidade e do espaço existente para uma revista de Animação sócio-cultural.

Assim aparece “intervenção” que não se pretende afirmar, predominantemente, como uma revista formativa, que tenha por objectivos responder às necessidades de formação profissional e outras dos Animadores (o que compete aos organismos oficiais, responsáveis pela Animação) mas antes pretende ser um porta voz dessas preocupações e das necessidades concretas do Animador – nomeadamente face à inexistência do seu estatuto por um lado, e por outro ser uma tribuna ao serviço de todos os que estão empenhados numa política de intervenção cultural e social com especial incidência para a Animação sócio-cultural e educativa. Apresenta-se assim, como um meio privilegiado de debate da problemática da Animação, que permita a perspectivação das diferentes experiências, numa via progressiva, de molde a concretizar objectivos e metodologias da Animação e do estatuto do seu agente - o Animador".

(Martins, 1977: p. 2)

Durante o ano de 1977, foram editados quatro números e apresentamos, em seguida, a síntese de alguns artigos. Assim no primeiro número assume destaque um artigo intitulado “Animadores – Quem São” no qual se estabelece uma diferenciação entre os Animadores voluntários e os

Animadores profissionais para seguidamente se concluir pela necessidade de se promoverem ações de formação para Animadores e de uma formação para a Animação.

O segundo número da revista *Intervenção - Revista de Animação Sócio-Cultural* colocada nas bancas, em março de 1977, e nela assume destaque o artigo *A Animação Desportiva*, de A. Paula Brito. O autor realça a Animação, associada à prática desportiva como um fator de valorização da participação popular. Neste mesmo número, é também longamente noticiado a ação pedagógica levada a cabo pelo projeto *Oficina da Criança* em Santarém, responsável por um conjunto de iniciativas, visando despertar as crianças para o domínio das expressões artísticas.

Os números três e quatro são publicados em maio. Neles salientam-se os artigos de Breda Simões sobre *Pedagogia e Animação* em que a partir das expressões “relação pedagógica” e “pedagogia concreta” se procura considerar a Animação Sociocultural como um processo auxiliar da transformação social e do projeto de integração do indivíduo na comunidade, bem como do desenvolvimento da sua capacidade de adaptação a novas realidades. Destaca-se, ainda, nesta edição o artigo *S/A Refletir sobre a Animação*, onde se refere que a importância da Animação Sociocultural não é redutível ao exercício de uma profissão de Animador, sendo antes, mais do que uma ação social institucionalizada, uma metodologia que visa uma intervenção centrada na dimensão do sócio-cultural.

Nos números cinco e seis assume realce o artigo *Animação: uma política integrada de Animação Sócio-Cultural*, de J.^a Simpson. Trata-se da reflexão sobre um projeto surgido no âmbito do Conselho para a Cooperação Cultural – CCC, que procurava levar os governos dos diferentes países a assumirem políticas de implementação de programas de Animação Sociocultural que tivessem presente a dimensão ética da Animação e valorizassem a diversidade cultural.

O número sete da *Intervenção – Revista de Animação Sócio-Cultural*, publicada em Maio de 1978. Neste numero assumem relevância os seguintes artigos: Carta enviada pela *Intervenção* ao Conselho da Europa (Página 14). Nela refere-se que, embora subscreva os princípios gerais de Animação Sociocultural do Conselho da Europa, não abdica de, a partir da prática e da realidade portuguesa, criar e recriar teoria referente à Animação Sociocultural. É com este propósito que *Intervenção* enviou a referida missiva, na qual sustentava a ideia de uma Animação desenvolvida e orientada para a realidade cultural portuguesa; neste contexto preconizava a criação do Centro de Estudos e Documentação de Animação Sociocultural (CEDAC). Por sua vez, a *Intervenção*, número oito, referente ao mês de Julho, (pp. 40 - 44) publicou uma panóplia de artigos de que destacamos um debate em torno da Animação Sociocultural, no qual participaram as seguintes entidades: Centro de Estudos e Documentação de Animação Sociocultural (CEDAC), Associação Regional de Santarém de Teatro Amador (ARSTA), Centro de Apoio dos Organismos de Base (CAOB), Centro de Estudos, Educação e Cultura (CEEC), Frente de Artistas Populares e Intelectuais Revolucionários (FAPIR) e União para a Ação Cultural, Juvenil e Educativa (UPAJE). Através dos seus representantes, este conjunto de associações debateu, entre outras, as seguintes funções da Animação Sociocultural: função e objetivos da Animação/ o papel de uma revista de Animação e as carências formativas. Para a ARSTA, as necessidades imediatas prendiam-se com a urgência de se proceder à formação de Animadores, sem os quais poderia correr-se o perigo de a Animação perder a sua razão de ser e reduzir-se a uma ação descontextualizada, imediatista, muito ao estilo daquilo que tinham sido as campanhas de dinamização cultural do MFA. Daí ter manifestado o seguinte desejo:

“Pensamos que a principal necessidade da Animação Sócio-Cultural em Portugal, é, neste momento, a de formação de Animadores capazes de, pelo seu trabalho e inteligência, ultrapassarem as dificuldades motivadas pela inexistência de condições de movimentação, (...) Caso contrário acontece o que aconteceu com as Campanhas de dinamização cultural do MFA. Fizeram-se, foram úteis, mas cometeram o erro de não assegurarem a continuação da acção e de não considerarem devidamente os valores locais. Os dinamizadores estavam algum tempo nesta ou naquela região, trabalhando duma maneira positiva, mas, quando se vinham embora, tudo ficava como dantes. Não havia

quem aproveitasse a semente. (...) A Função da Animação... estamos longe de dizer que há Animação em Portugal... Os objectivos da Animação... situam-se numa linha de obtenção de quadros regionais de base, sempre considerando os valores culturais já existentes, capazes de efectivá-la ao longo dos tempos. (...) No que concerne à sua função, ela é, ou deverá ser, humanisticamente educativa e democraticamente libertadora.”

(Intervenção – Revista de Animação Sócio-Cultural (n.º8), 1978: pp. 40-44)

Para a Associação CAOB, a Animação deveria estar comprometida com as preocupações globais associadas à vida e às necessidades das pessoas mais do que a formação de Animadores o que era urgente era assegurar o desenvolvimento da consciência da auto-formação contínua.

“Nós pensamos que isto de Animação tem mais a ver com a prática e com o projecto de sociedade, que se tem em mira, do que com um dicionário ou com um manual. Seria necessário partir da nossa experiência e da contribuição que temos a dar para que o mundo, que é o nosso, seja efectivamente um universo de homens autenticamente livres e criadores (...). para nós a Animação não pode alhear-se dos problemas de emprego, saúde, habitação, transportes, tempos livres, acesso aos meios culturais, participação a nível de trabalho, de vida de bairro, de sindicato, política social (...). Se a Animação camuflar qualquer destes problemas, não passará de uma esperança morta à nascença. Se a Animação apenas servir para dar a ilusão de que as comunidades estão a participar na construção do seu próprio destino e itinerário, continuando porém tudo na mesma, então não terá passado de um engano ou até de uma traição, mais ou menos subtil. E não queríamos uma Animação que fosse uma espécie de eutanásia para os vivos. (...) A Animação continua a ter um papel insubstituível: a evolução que a trajectória da sociedade portuguesa leva, longe de a dispensar, cada dia a torna mais urgente e lhe exige maior eficácia ou coerência: na verdade é nos momentos difíceis que importa que todos participem para que as soluções aproveitem a todos porque por todos encontrada e por cada um constituídas (...). Pensamos que, ao orientarmo-nos para um trabalho visando a Formação para a Animação, de acordo com os programas de acção das diferentes organizações, deparamos com a necessidade de se tratarem múltiplos conteúdos, de se identificarem diversos instrumentos e técnicas de intervenção. Daqui nasce a emergência de uma constante autoformação e o apelo a que outros recursos sejam chamados ao serviço das organizações de base...”

(Intervenção – Revista de Animação Sócio-Cultural (n.º8), 1978: pp. 40-44)

A FAPIR, por seu lado, preconizava uma Animação assente na mobilização popular, promotora de uma participação direta em todos os processos da vida comunitária.

“Animação Sócio-Cultural, função e objectivo: Aprendizagem da vivência democrática, com participação consciente para exercer um papel no dever comunitário social, cultural, político e económico; Aprendizagem para a compreensão do projecto de construção colectivo, possibilitando uma actividade criadora, tanto de integração como de contestação; tornar a comunidade num grupo consciente, solidário, presente na sociedade, responsável, activo, participante; Associar todo o povo ao seu desenvolvimento e ao desenvolvimento dos seus membros.”

(Intervenção – Revista de Animação Sócio-Cultural (n.º8), 1978, pp. 40-44)

Já a Associação UPAJ defendia uma Animação como um instrumento ou meio de auxiliar para a edificação de um país mais justo e solidário.

“A Animação Sócio-Cultural é um útil instrumento para a construção de um País novo, onde as relações entre os homens sejam mais justas e fraternas. Para isso, é imprescindível concretizar-se uma recuperação económica que impulsione os diversos sectores da economia de forma a criar uma estrutura económica que provoque uma real diminuição das diferenciações e desigualdades de ordem económica, proporcionando o acesso igualitário de toda a população, aqueles direitos que estão desde há muito, consagrados como fundamentais e inalienáveis, como são, entre outros, os casos da saúde, habitação, educação e cultura (...). Quando nos referimos à cultura, pensamos numa prática cultural que parta de um conhecimento profundo da nossa realidade, como forma de entender, estar, e actuar, individual e colectivamente, que torne a realidade perceptível, acessível e passível de transformação...”

(Intervenção – Revista de Animação Sócio-Cultural (n.º8), 1978, pp. 40-44)

Por fim, a CEEC defendia a Animação como um processo de consciencialização revolucionária:

“A acção do CEEC nas zonas de intervenção, onde além de outras acções, em colaboração com Animadores locais e outras associações culturais, são alfabetizados homens e mulheres, trabalhadores. – A acção das associações culturais, a acção dos revolucionários no terreno cultural, tem de apontar a progressiva articulação com os organismos populares de base, nos locais de intervenção, nas suas lutas....Os revolucionários deverão opor à acção global da burguesia, uma acção global cultural e revolucionária, articulando as diversas frentes de luta, ligando a acção cultural à luta sindical, à luta nos campos e nas escolas, etc.”

(Intervenção – Revista de Animação Sócio-Cultural (n.º8), 1978: pp. 40-44)

Na *Intervenção* numero nove, saída para as bancas em Novembro de 1978, assumem relevância os seguintes artigos: *Ano Internacional da Criança – 1979: Experimentar novos caminhos* – no qual se perspetiva um programa de âmbito nacional para o ano vindouro assente em atividades como: Animação da leitura, atividades de horto-jardinagem, dramatização de situações a partir do quotidiano, histórias de tradição oral, lendas, lengalengas, atividades ludo-expressivas, oficinas de criatividade, jogos tradicionais infantis, jogos musicais, jogos dramáticos, Animação da pintura, Animação desportiva, atividades de ar livre e ações sobre o meio ambiente, passeios guiados pela montanha para a observação e estudo da fauna e flora existentes.

Intervenção – Revista de Animação Sócio – Cultural n.º 10, de Fevereiro e Março de 1979. Destaca as acções relacionadas com a alfabetização, realçando uma metodologia de intervenção, inspirada e norteadada por Paulo Freire, sob o lema *experimentar, reinventar a alfabetização*. Neste número, dá-se relevo ao preâmbulo da portaria 419/76, relativo aos *Agentes criadores de uma verdadeira cultura nacional*. Aí se faz a defesa da cultura de base/ popular, em detrimento da cultura de elite, isto é, ao mesmo tempo, que se dá a primazia ao saber resultante das práticas populares, acusa-se a cultura de elite como sendo uma cultura ao serviço das classes dominantes, que procura silenciar a outra e os outros e que pretende negar a evidência do provérbio: *“do trabalho e da experiência aprendeu o homem a ciência.*” Esta posição fundamenta uma concepção de intervenção anuladora

da relação tradicional educando/educador, na qual o aluno normalmente é tido como um objecto a domesticar, segundo os valores e as ideias que asseguram a reprodução, sem convulsões, do poder de uma classe minoritária. Questiona-se, ainda, o mito da ciência e do saber cristalizado a partir de uma inovadora relação pedagógica, orientada para a valorização dos alfabetizáveis, das suas ideias e das suas práticas. Do ponto de vista teórico, rejeita-se a importação de modelos e teorias e faz-se a defesa de um processo de alfabetização de adultos que considere o saber feito a partir das suas vivências.

Intervenção – *Revista de Animação Sócio-Cultural* n.º 11, editada em Maio/Junho de 1979, faz referência a uma série de artigos de opinião e de relatos de acções realizadas em todo o território nacional, sem, contudo, apresentar algo de relevante.

Intervenção – *Revista de Animação Sócio-Cultural* n.º 12, editada em Julho/Agosto de 1979, assume destaque o artigo (sem autor) da página 8, denominado *Animação e Lazeres*, em que se refere, entre outras ideias, que os lazeres não são sinónimo de libertação, antes podem levar à alienação. O teor do artigo desenvolve-se a partir de uma crítica à sociedade de consumo:

“A sociedade de consumo tem de conseguir dar saída aos seus produtos e os lazeres abrem-lhe um mercado extraordinário. Ter tempo para ouvir música significa comprar um gira-discos. Jogar ténis significa comprar raquetes, bolas e fatos adequados. (...) Ganhar tempo é ter tempo para comprar. Longe de nós a ideia de que nesse caso mais vale trabalhar sem parar porque assim se diminui as tentações! Salvar a saúde e prolongar a esperança de vida não nos parece ser uma conquista a negligenciar. Mas é preciso saber que a própria exploração no processo de trabalho se encontra no tempo “livre”, cada vez mais socializado, enquadrado, analisado. Os que trabalham menos não se “cultivam” mais, ou seja: não asseguram um maior desenvolvimento pessoal. Os que já liam, lêem mais. Os que iam a espectáculos vão mais vezes. Os que aperfeiçoavam a sua formação pessoal, consagram-lhe ainda maior esforço. Os que se embruteciam jogando nas máquinas, agarram-se-lhes mais e perdem ainda mais dinheiro. Os que se impregnavam de televisão sem escolherem ficam mais ofuscados com o brilho do pequeno écran (...). Por si só os lazeres não mudam em nada o processo da nossa vida. Encontra-se neles o que já existia ampliado. A lógica do sistema

social não é posta em causa: Os produtores consomem mais coisas de que não necessitam, graças à produtividade aumentada. (...) Na realidade o tempo livre não aumenta: até corre o risco de ser reduzido. A euforia dos primeiros lazeres começa a dissipar-se. Toma-se a consciência que não basta diminuir o tempo consagrado ao trabalho profissional para aumentar a duração do tempo livre...), vivemos num mundo em que a mudança está na ordem do dia. Tudo se modifica e os conhecimentos adquiridos são rapidamente ultrapassados. Por isso, é imprescindível uma pessoa reciclar-se para se manter na profissão, e isso toma-lhe tempo...”

(Intervenção-Revista de Animação Sócio-Cultural, 1979: p. 8)

O artigo, portanto, rejeita a domesticação do tempo livre, ao mesmo tempo, que faz a defesa de um tempo liberto, associado à livre expressão, à criatividade e não a um tempo livre/morto, delegando na estratégia da Animação Sociocultural a forma de tornar o tempo livre num espaço de desenvolvimento da pessoa:

“A maioria das acções culturais que se realizaram até agora dirigiram-se ao homem do tempo de lazeres, liberto das exigências do trabalho. Ajudava-se esse homem a respirar, a exprimir-se, a reconquistar a sua autonomia e a sua identidade. A Animação cultural tornava-se uma espécie de oásis refrescante onde o viajante alterado ia matar a sede e repousar, antes de recomeçar o seu esgotamento périplo no deserto morno dum trabalho alienante. Da Animação cultural durante o tempo dos lazeres como válvula de segurança, da máscara de oxigénio de ar rarefeito – só a aprendizagem da liberdade, da autonomia, da responsabilidade provoca entusiasmos perigosos – quer-se provar cada vez mais. Poder-se-á levar os indivíduos e os grupos a praticarem a expressão livre durante os lazeres, enquanto se tiverem de calar no emprego? Poder-se-á encorajar os grupos e os indivíduos a escolherem o que querem ser durante os lazeres, enquanto o trabalho reclamar produtores dóceis (...). uma política de Animação Sócio-Cultural diz respeito a todas as medidas que façam com que todo o tempo não gasto no trabalho se torne efectivamente tempo livre isto é um tempo que possa realmente ser qualificado pelas pessoas, especialmente graças à forma como poderão tomar nas suas mãos a gestão das tarefas e deveres, criar espaços exteriores e interiores onde os indivíduos se possam encontrar e comunicar uns com os outros(...), uma política de Animação Sócio-Cultural que regula o tempo livre para aumentar as possibilidades de qualificação de pessoal do quotidiano e da comunidade de vida (familiar, social, política...”

(Intervenção-Revista de Animação Sócio-Cultural, 1979: p. 9)

A relação da Animação Sociocultural com o lazer é entendida com base no postulado da Animação se constituir numa metodologia educativa que consciencialize e que constitua no plano social, cultural, educativo e político um meio para a utilização correcta do tempo livre. Nesse sentido, a Animação Sociocultural procura fomentar as cumplicidades do interagir e marcadas e marcantes pelo sentido de pertença a um grupo e a uma comunidade.

“ (...) a relação entre a Animação Sócio-Cultural e o lazer, não se estabelece em nome da criação de uma zona de vida protegida, tanto mais permissiva quanto mais cuidadosamente se distingue da vida profissional e social. O tempo livre apresenta-se como uma zona privilegiada da Animação só na medida em que, pondo em jogo atitudes, exigências pessoais e valores diferentes dos que presidem às relações de trabalho, introduz uma nova dinâmica de relações no conjunto da vida social. A autogestão dos espaços de lazer, o controle das indústrias culturais ou de turismo e a sua subordinação aos objectivos dum lazer humanizante, assim como os métodos de autoformação responsável no domínio da educação extra-escolar são outros tantos aspectos duma política de Animação Sócio-Cultural que mereciam serem mais desenvolvidos segundo este prisma.”

(Intervenção-Revista de Animação Sócio-Cultural, 1979: pp. 9-46)

Faz parte ainda do código genético da Animação Sociocultural recusar a ideia e o modelo de Homem / Trabalhador reduzido ao mero papel de produtor e também do Homem do tempo de Lazer circunscrito ao mero papel de consumidor. Ao mesmo tempo, promove-se a evidência de que não pode existir um tempo de lazer descontextualizado de uma política social que englobe aos tempos de trabalho, tempos livres e de lazer.

Intervenção – Revista de Animação Sócio-Cultural n.º 13, editada em Setembro/ Outubro de 1979: Reflectimos sobre os vários artigos publicados e destacamos uma entrevista com o etnomusicólogo luso-francês, Michel Giacometi, radicado, em Portugal, desde os anos 50, e que desenvolveu um importante trabalho de recolha de cancioneiros de música popular, em diferentes regiões do país. Eis algumas notas, que nos dão conta da dimensão deste homem, Animador por vocação e devoção, pedagogo e comunicador, gerador de empatias e cumplicidades:

“Cheguei a Portugal em 1959, (...) fui directamente para Trás-os-Montes onde aprendi a língua portuguesa e passei três meses recolhendo música com um gravador uma vez que eu não era músico nem especialista em noções musicais. (...) interessei-me sempre muito pela música dos povos, além de que a música participa de todas as funções desta cultura, aparecendo na tradição oral, nos contos nacionais, etc. (...), através da música descobre-se um povo muito mais que através de outros elementos culturais. (...) Depois do 25 de Abril notou-se uma certa necessidade de descobrir todo este filão popular que tinha sido castrado mas que existia na memória colectiva do povo ou até que estava escondido por medo. (...) Quando apareceu o serviço cívico lembrei-me de criar um grupo a que chamei Plano de Trabalho e Cultura nome que vem da frente popular de França, em 1926, e organizei cerca de 30 alunos em grupos de 4 em que eles próprios escolhiam os seus companheiros de trabalho nos cursos, constituídos por uma conversa de sensibilização com professores ligados à investigação ou até com Animadores culturais, sobre temas como a fotografia, gravação e abordagem da população. Foram, igualmente, auxiliados por uma série de textos de apoio que eu redigi, entre os quais um sobre como recolher a música popular e outro sobre a forma de organizar um inquérito, para se fazer um levantamento sobre a saúde pública e higiene e sobre a medicina popular. Eu próprio redigi com a ajuda de médicos um inquérito acerca das multinacionais e dos remédios, e uns textos sobre medicina popular, plantas medicinais e mesmo tratamentos a que podíamos ter necessidade de recorrer...”
(Giacometi, 1979: pp. 2-6)

Intervenção – Revista de Animação Sócio-Cultural n.º 14, publicada em Fevereiro de 1980. Neste número assume relevância um artigo intitulado *Que Animação para os centros de actividades de tempos livres?* A problemática analisada reflectia sobre actividades que configuram a denominada Animação Socioeducativa, considerada como um movimento pedagógico ao serviço da ocupação dos tempos livres da infância. O referido artigo regista a mudança da designação Ocupação de Tempos livres (OTL) para Actividades de Tempos Livres (ATL) e critica que, à semelhança de outros casos, a alteração de nome não corresponde a mudança de actuação. A realidade observada, nas iniciativas de tipo OTL, aponta para negação da Animação, substituída por condutas que anulam a criatividade, as relações humanas, o interagir, isto é, que neutralizam aquelas actividades que ajudam, efectivamente, as crianças a crescerem e a assumirem a expressividade e a comunicação de forma livre e sem condicionamentos.

Intervenção – Revista de Animação Sócio-Cultural n.º 15: colocada nas bancas em Abril de 1980, destaca-se uma notável entrevista com Ettore Gelpi (Especialista Italiano, autor de diversos trabalhos sobre Animação Sociocultural, Educação de Adultos e Educação Permanente), conduzida por Ana Benavente, Luís Martins e Nuno Gonçalves. Nela se faz referência à Educação de Adultos, à Educação Permanente e à formação de Animadores, conceitos, actividades e problemas que teremos a oportunidade de sobre eles nos debruçarmos nos capítulos posteriores deste trabalho. Destaque, igualmente, para um artigo, intitulado *o Médico, Animador da comunidade de saúde*. O seu autor, Carlos Caldeira, um médico/ Animador da saúde comunitária, faz a defesa de uma educação para a saúde centrada em processos de Animação Comunitária.

Intervenção – Revista de Animação Sócio – Cultural n.º 16, editada em Outubro. Realçamos o artigo, *Educação popular não é educar o povo*, da autoria de Alberto de Melo. Aí se refere que não se deve confundir educação popular com a popularização do ensino e salienta-se que a educação popular é, antes de mais, um espaço social criado pela iniciativa de colectivos organizados, pelas classes sociais; essa educação, em grande medida, constrói-se a partir de problemas do quotidiano e tem como horizonte a vontade de transformação da realidade social existente. Tendo isso em conta, está dado o primeiro passo para a libertação, e as actividades culturais e educativas que daí resultarem irão, certamente, enquadrar-se numa perspectiva de «pedagogia de libertação», para usar a expressão de Paulo Freire.

A reflexão à volta da Intervenção – Revista de Animação Sociocultural

Os eventos ocorridos, no ano de 1982, que interessam ao nosso estudo, centram-se no propósito de retomar a normal publicação da *Intervenção – Revista de Animação Sociocultural*. Para esse fim realizaram-se uma série de encontros, de que destacamos o realizado, em 21 de Junho em Lisboa, que pretendeu, entre outras questões:

- reflectir sobre a interrupção da edição da revista;
- debater se os números entretanto saídos na II série vão de encontro ao espírito do projecto intervenção;
- perspectivar o futuro de Intervenção - Revista de Animação Sociocultural.
-

Participaram nesta reunião os seguintes elementos: Madeira Luís, Esaú Dinis, Orlando Garcia, Teresa Sá, Francisco Albuquerque, Carlos Abreu, Rodolfo Proença de Jesus, Luis Martins, Paulo Poiars, que aprovaram a criação de uma Associação denominada Intervenção com as seguintes finalidades:

- dinamizar, a nível local e nacional, todas as acções e práticas de Animação cultural;
- recolher, tratar, proporcionar e divulgar documentação e informação sobre questões de Animação - cultural;
- promover o estudo e a reflexão sobre as experiências e práticas de Animação;
- contribuir para a criação de canais informativos entre os diversos agentes, individuais e colectivos, que desenvolvem práticas e experiências na área da Animação;
- cooperar com todos os que, no país ou no estrangeiro, desenvolvam práticas e experiências na área da Animação;
- contribuir para a promoção cultural dos seus associados.
-

Foi presente ainda a esta reunião um documento, elaborado pelo denominado grupo do Porto, assinado por José António Ferreira, que delineava as linhas de orientação que uma revista de Animação devia prosseguir:

- a Animação Sociocultural aqui e agora;
- a busca de novos rumos;
- a revisão de conceitos; o questionamento das práticas.

Em correspondência, afirmava-se que a revista não se podia alhear deste movimento questionador, devendo, também ela, reflectir a sua prática e o seu rumo. Este grupo apontava ainda como directrizes para o futuro da revista:

“(...) ao nível dos princípios básicos de orientação editorial, reforçar os contactos com as associações e Animadores culturais, sem descuidar o tratamento e análise da temática da Animação em todos os sectores e frentes; de acordo com tais princípios, impulsionar o debate sobre a Animação (o que seja ela/ o que ela não seja) quer nas páginas da Revista, quer através de outras iniciativas;...”

(Ferreira.J.A.1982:s/p)

Intervenção – Revista de Animação Sócio-Cultural retoma a sua publicação, aparecendo nas bancas o n.º1, da 2.ª série. Após uma interrupção de cerca de dois anos, esta reaparece, em Janeiro de 1982, dirigida por Mário Ribeiro e Carlos Fragateiro, com um corpo redactorial constituído por Augusto Santos Silva, Filomena Viegas, Henrique Gomes Araújo, Isabel Pato, João Piçarra, José Ferreira, José Roseira, Luísa Nora, Luís Martins, Luís Mourão, Miguel Horta e Rodolfo Proença de Jesus. Neste número 1, realçamos um artigo da autoria de Orlando Garcia sobre Animação local e Animação Sociocultural, nas autarquias. Este autor começa por lembrar que só há Animação local quando partimos do princípio que não é possível encontrar definições fechadas e definitivas porque:

“(...) ela existe enquanto prática social: - acção de base; - instrumento de comunicação que favoreçam a comunicação “ao vivo”; - acção profundamente ligada ao quotidiano em todos os seus aspectos; - olhar global sobre um determinado território.”

(Garcia, 1982: p. 12)

Lembra, ainda, que se há órgãos de poder que têm a ver com a Animação, de todos eles, o eleito e o privilegiado é o poder autárquico, ou seja, o poder local, por ser o que está mais próximo das pessoas e que, ao contrário do central, procura encontrar formas de unir o que o Estado centralista desune. Na sua perspectiva os municípios:

“têm a seu cargo a resolução, ou a redução, de problemas muito concretos de uma população (relativamente restrita) num território específico. É o tal território que nos é próximo, onde vivemos, e muitas vezes onde trabalhamos. É o território coincidente com o dia a dia de cada um. O pequeno universo palpável onde a globalização é possível. A mesma ideia de território que temos na Animação.”

(Garcia, 1982: p. 12)

Orlando Garcia refere, ainda, que a designada crise de identidade é, no fundo, a crise de identificação com um território concreto, consequência da perda do sentimento de pertença em relação a um lugar, investido por referências simbólicas e patrimoniais efectivas e transformado num mero sítio privado dessas referências. Garcia, chama, ainda, a atenção para as funções que uma autarquia deve ter no domínio da acção cultural, como sejam, reivindicar junto do poder central apoios financeiros, materiais e logísticos, promover iniciativas específicas, intervir supletiva e alternativamente, sensibilizar/ incentivar à prática cultural; por outro lado, deve a autarquia investir nos seguintes campos de acção: informação, divulgação de programas, contribuir para a criação artística e cultural; dinamização cultural; Animação e formação. Finalmente, preconiza os princípios norteadores da intervenção ao nível dos Animadores:

“ (...) Um Animador numa autarquia não é nunca um simples executor; é co-responsável por um projecto, portanto pode-se falar em co-gestão; esta situação não devia atirar-nos para novas práticas de negociação? Hipótese de estabelecimento de “contratos programas.”

(Garcia, 1982: p. 13)

Esta tese dá expressão a um debate que, entretanto, passou a ter lugar e que envolve a questão sobre a continuidade de Animadores contratados como técnicos de autarquias ou sobre a sua conversão em gestores culturais. Este debate continua na ordem do dia e a interrogação colocada sobre a designação dos técnicos, se são gestores ou Animadores, varia segundo os critérios de avaliação de os considerar como agentes que procuram garantir a rentabilidade económica ou a rentabilidade social dos projectos de intervenção porque são responsáveis.

Intervenção. Revista de Animação Sócio-Cultural, n.º 2, 2ª série. Saída, em Fevereiro de 1982. Assume pertinência neste número uma reflexão/carta aberta sobre a evolução do movimento associativo da autoria de Lucília Salgado. Nela defendia-se a urgência de um debate sobre o que foi e o que é o movimento associativo e recorda o papel insubstituível deste movimento, ao afirmar que:

“ (...) o que se seguiu ao 25 de Abril foi que as Associações populares assumiram um papel social determinante, tornando-se expressão de realizações e vontades de vastas camadas da população, normalmente marginalizadas das esferas do poder. Houve, então, de facto um movimento em que não só as associações, mas também grupos informais de tipo associativo (comissões, comités, grupos de trabalhadores), vivendo mais pelas funções que tinham nas mãos (fazer a creche, organizar a festa, limpar a rua) do que pela estrutura que representavam (Associação, Clube, Sociedade) criaram uma dinâmica com um papel efectivo na tomada de decisões (e realizações) sociais... ”

(Salgado, 1982: pp. 14-15)

Ao interrogar-se sobre a questão da atualidade do movimento Associativo, a autora levantava um conjunto de outras questões sobre as razões históricas do seu enfraquecimento, nomeadamente, sobre a sua não reciclagem e a evolução de uma postura comprometida com o poder político para a reivindicação ou mesmo da resistência, sobre a sua incapacidade de viver sem a proteção do Pai – Estado – Providência que o apoiava e estimulava, para viver autonomamente, contando apenas com a sua força coletiva. Questionava-se, ainda, sobre se as associações, tendo perdido uma série de funções sociais, entretanto assimiladas pelo Estado ou pelas Autarquias se terem reduzido à prática de atividades "pobres" (desporto, festas...), mostrando-se incapazes de dar resolução aos problemas sociais gravíssimos do desemprego da perda do bem-estar, etc. E colocava ainda outras questões: a democratização política do país teria levado a que se delegasse nos deputados e nas autarquias o poder, a vontade e a intervenção dos cidadãos, no passado, parcialmente veiculado através do movimento associativo? será que os Animadores, com maior reflexão e formação, acabaram por assumir responsabilidades profissionais em domínios da Administração pública (Estado, Autarquias...) canalizando todas as suas energias e capacidades, e desinvestiram da intervenção

junto do movimento associativo? será que a conceção de Estado – Providência determinava que o Estado fosse identificado como a única instância a que se recorria para todos os problemas difíceis, tornando-o fonte de esperança e culpa de todo o mal, desresponsabilizando-nos da intervenção direta na resolução de problemas sociais?

Intervenção Revista de Animação Sócio-Cultural n.º 3/4 – 2.ª série. Saída em Abril de 1982. Relata experiências diversas levadas a cabo por associações.

Intervenção Revista de Animação Sócio-Cultural n.º 5- 2.ª série. Saída em Junho de 1982. Destacamos neste número uma conversa entre Lucília Salgado e Carlos Fragateiro sobre as questões da Animação, dos Animadores e sobre a sua intervenção na comunidade. Sublinham a necessidade de se levar à prática um trabalho programado e planeado, tendo em vista a intervenção junto das populações.

Intervenção Revista de Animação Sócio-Cultural. n.º 6, 2.ª série: Saída em Agosto de 1982, faz menção a várias iniciativas de Associações, e os artigos de opinião incidem sobre atividades culturais e recreativas.

INTERVENÇÃO II: junho de 2004 (projeto de caráter informal)

Em junho de 2004 é dado à estampa o número um de uma Revista de Animadores INTERVENÇÃO - Animar é integrar, apresenta como diretor António Leal, como chefe de redação Natália Moreira, Conceção gráfica Fernando Machado e na redação Virgílio Correia, Calado Mendes e Rui Fonte. Destacamos neste número uma entrevista a Vitor Ventosa, subordinada a uma temática global e ligada á questão da Animação Sociocultural e do seu enquadramento histórico e social. Relevamos ainda os artigos de: António Leal “Contextualização, princípios e fins da Animação Sociocultural” e o artigo de Rui Fonte “Animação Instantânea - agitar só depois de usar”.

Destaque ainda para o preambulo da autoria do diretor, António Leal, onde anuncia que a Animação Sociocultural já tem uma revista.

Esta revista ficou-se pelas nobres intenções e sai de cena após este primeiro número.

INTERVENÇÃO III/ Intervenção – Associação para a promoção e divulgação cultural (projeto de carater formal)

A INTERVENÇÃO-ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO CULTURAL, tomou esta designação por escritura pública de onze de novembro de dois mil e cinco, lavrada no cartório notarial de Chaves, ocupa 4 folhas, tem aposto o selo branco do referido cartório, estando todas numeradas e rubricadas pelo notário. A INTERVENÇÃO rege-se pelos estatutos, cuja sumula foi publicada no Diário da República número mil seiscentos e dois, terceira série, de 23 de janeiro de dois mil e seis e pela alteração introduzida em Assembleia Geral de cinco de setembro, registada no cartório notarial de Ponte de Lima em 30 e setembro de 2014. É uma entidade com personalidade jurídica de âmbito nacional, portadora do NPC 507408039. Está sediada em Chaves e dos seus estatutos destaca-se:

- A Formação na área social, cultural, educativa, artística, associativa, gerontológica, geriátrica, turística, patrimonial, animação sociocultural, artes tradicionais...;
- A Edição de livros, revistas nas áreas referidas;
- A Organização de Congressos, encontros, jornadas, seminários, palestras, conferências nas áreas descritas;
- A elaboração de projetos de intervenção, formação, produção e gestão nas áreas social, artística, económica, cultural e educativa.

Atividades realizadas de 2006 até à presente data:

1. Congresso Internacional de Animação, Artes e Terapias, abril de 2007, Ponte de Lima;
2. Congresso Internacional A Animação Sociocultural e os Desafios do Século XXI, abril de 2008, Ponte de Lima;
3. Congresso Internacional A Animação Sociocultural na Terceira Idade, novembro de 2009, Chaves;

4. Congresso Internacional A Animação Sociocultural e as Necessidades Educativas Especiais, abril de 2010, Chaves;
5. Congresso O Estado do Teatro em Portugal, novembro de 2010, Viana do Castelo;
6. Congresso Internacional As Fronteiras da Animação Sociocultural, abril de 2011, Amarante;
7. Congresso Internacional Teatro e Intervenção Social, fevereiro de 2012, Chaves;
8. Congresso Internacional A Animação Sociocultural, Intervenção e Educação Comunitária: Democracia, Cidadania e Participação, outubro de 2012, Ponte de Lima;
9. Congresso Internacional Animação Sociocultural Gerontologia e Geriatria: a intervenção social, cultural e educativa na terceira idade, maio de 2013, Boticas;
10. Congresso Internacional Teatro do Oprimido: teorias, técnicas e metodologias para a intervenção social, cultural e educativa no século XXI, novembro 2013, Vila Nova de Cerveira;
11. Congresso Internacional de Animação Sociocultural, Turismo, Cultura, Património e Desenvolvimento Local, abril de 2014, Golegã;
12. Congresso Internacional As Artes na Educação, novembro de 2014, Amarante;
13. Congresso Internacional Animação Sociocultural, Gerontologia e Educação Intergeracional: Estratégias e Métodos para um Envelhecimento Ativo, maio de 2015, Murça;
14. Congresso Internacional – O Animador Sociocultural no século XXI – realizado em novembro na cidade de Barcelos;
15. Congresso Internacional Animação Sociocultural, Globalização, Multiculturalidade, Educação Intercultural e Intervenção Comunitária, Amadora, no cine teatro D. João V, dias 4, 5 e 6 de novembro de 2016;
16. Congresso Internacional Animação Sociocultural: Turismo Rural e desenvolvimento Comunitário, nos dias 28, 29 e 30 de Abril de 2017 em Ponte da Barca
17. Realização do congresso “A Intervenção Teatral em Portugal no século XXI: formação, produção, programação, gestão, descentralização, animação e intervenção social, cultural e educativa.” A ter lugar em PAREDES DE COURA, dias 16, 17 e 18 de Novembro.

18. Realização de Congresso Internacional A Animação Sociocultural e a Educação intergeracional no contexto do envelhecimento no meio rural e urbano: atividades, técnicas, métodos e estratégias para uma vida ativa em Alijó 18, 19 e 20 de Outubro de 2018.
19. Congresso Internacional: As Artes na Educação Especial: teorias, metodologias e práticas sociais, culturais e educativas para a inclusão, Vila Nova de Famalicão, dias 23,24 e 25 de Maio de 2019.
20. Congresso Internacional: Animação Sociocultural, território rural, património, turismo, envelhecimento e desenvolvimento comunitário: Estratégias, recursos e métodos de combate ao despovoamento, Vinhais, dias 6. 7 e 8 de novembro de 2019.
21. Congresso Internacional de Animação Sociocultural, Geriatria, Gerontologia e os novos paradigmas do envelhecimento, realizado em Proença a Nova de 25 a 27 de novembro de 2021.
22. Congresso internacional educação, inclusão e diversidade, Mirandela de 21 a 23 de abril de 2022.

Livros Editados

Animação Sociocultural em Portugal (2006)



Trata-se de um livro que resulta da tese de doutoramento de Marcelino de Sousa Lopes, onde está presente a história da animação sociocultural em Portugal dividida em sete capítulos: metodologia de investigação em animação sociocultural, antecedentes de animação sociocultural em Portugal, origem e evolução da animação Sociocultural em Portugal, âmbitos de animação sociocultural em Portugal, animação sociocultural e conceitos afins, modelos de formação de animadores em Portugal e o futuro da animação sociocultural.

Fantoches e Formas Animadas no Contexto Educativo (2007)



Um livro que retrata a importância dos fantoches e de outras formas animadas no contexto educativo. Está dividido em nove capítulos e onde se aborda: os fantoches no contexto histórico, o fantoche no mundo, os fantoches na educação, outras formas animadas, apontamentos teóricos sobre o espetáculo de bonecos, apontamentos práticos, máscaras, cabeçudos e gigantone e teatro de luz negra.

Animação, Artes e Terapias (2007)



Livro onde se cruza a Animação com as terapias na busca de um bem-estar do ser humano. Um livro onde está patente os seguintes questionamentos: a animação sociocultural e as terapias alternativas, a arte: entretenimento, jogo e terapia, a animação terapêutica, o ócio no contexto terapêutico, a animação de espaços aquáticos, a dançoterapia, arte terapia e marginalidade, musicoterapia...

A Animação Sociocultural e os Desafios do Século XXI (2008)



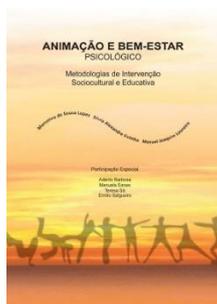
Livro onde se reflete as tendências da Animação Sociocultural para o século XXI e onde se relevam os seguintes questionamentos: a animação sociocultural e as perspectivas para o futuro, a animação e os âmbitos espaciais, a animação sociocultural e a gestão cultural, a animação turística, a ciberanimação, a animação sociocultural e as redes de comunicação, animação sociocultural e a globalização, a animação sociocultural e os velhos e novos desafios, a animação sociocultural e a educação intercultural e a formação de animadores socioculturais para o século XXI.

Animação Sociocultural na Terceira Idade (2009)



Este livro aborda as seguintes temáticas: a animação sociocultural a terceira idade e a intervenção social cultural e educativa, a interação geracional como estratégia educativa, a animação sociocultural na terceira idade, voluntariado, cidadania e participação, animação sociocultural, saúde e bem-estar, os jogos tradicionais na terceira idade, o teatro na terceira idade, a música na animação da terceira idade, métodos de investigação...

Animação e Bem-Estar Psicológico (2009)



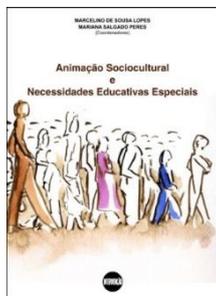
Neste livro é abordado as seguintes temáticas: a animação sociocultural e conceções metodológicas, animação socioeducativa e intervenção, técnicas e recursos para a animação socioeducativa, saúde e bem-estar psicológico no ciclo de vida, percepção e bem-estar e ciclo de vida, ação ecossistémica ...

Metodologias de Investigação em Animação Sociocultural (2010)



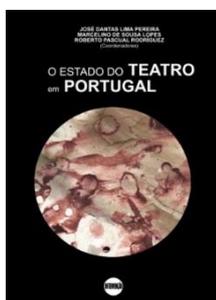
Neste livro é abordado as principais técnicas metodológicas de investigação aplicadas à Animação Sociocultural. nomeadamente: Desafios da Investigação qualitativa em Animação Sociocultural, Investigação e avaliação da Animação Sociocultural: dos projetos e práticas às experiências relacionais; Critérios de validação e indicadores para a Animação Sociocultural; Técnicas participativas e construção de Identidades nos processos de ciberanimação; Avaliação diagnóstica, ação sociocultural e teoria sistémica: notas de um trabalho em processo; Estudos etnográficos: exemplos e potencialidades no campo da Animação Sociocultural; Investigação qualitativa e estudo de caso em Animação Sociocultural, Fontes visuais e investigação aplicada à Animação Sociocultural; As Histórias de Vida em Animação Sociocultural, A Investigação-ação como processo metodológico na Animação Sociocultural...

Animação Sociocultural e necessidades educativas especiais (2010)



Através deste livro coletivo procura-se potenciar a Animação Sociocultural como meio de promoção da autonomia e do autodesenvolvimento e ainda projetar atividades no campo social, cultural e educativa como meio de envolvimento das pessoas portadoras de necessidades educativas especiais.

O Estado do Teatro em Portugal (2011)



Trata-se de um livro coletivo que procura abordar o estado do teatro em Portugal e refletir sobre as diferentes abordagens: formação teatral, produção e gestão teatral, descentralização teatral, teatro comunitário, teatro como meio de animação sociocultural...

As Fronteiras da Animação Sociocultural (2011)



O que diferencia a animação sociocultural da educação social, serviço social, pedagogia social...; o papel do animador sociocultural e aquilo que o distingue dos outros trabalhadores sociais: educador social, trabalhador social...; fomenta interfaces institucionais, profissionais, teóricos e metodológicos à volta da animação sociocultural.

Teatro e Intervenção Social (2012)



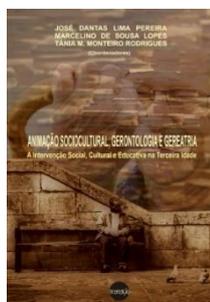
Este livro reúne textos de especialistas presentes no congresso internacional O teatro e a intervenção social, realizado em fevereiro de 2012 na cidade de Chaves e abordou as seguintes temáticas: teatro e a intervenção social, o teatro e a intervenção socioeducativa, o teatro e a intervenção comunitária, O teatro e a intervenção sociocultural, o teatro, saúde e intervenção terapêutica.

Animação sociocultural intervenção e educação comunitária: democracia, cidadania e participação (2012)



Este Livro reúne textos de especialistas presentes no Congresso Internacional Animação Sociocultural, Intervenção e Educação Comunitária: Democracia, Cidadania e Participação, realizado em Ponte de Lima nos dias 25, 26 e 27 de Outubro de 2012 e abordou as seguintes temáticas: As artes como meio de educação, desenvolvimento e intervenção comunitária, Educação Comunitária, Democracia e Direitos Humanos, Movimentos Sociais e Participação, Educação Comunitária e Dialogo Intergeracional, Intervenção e Desenvolvimento Comunitário, Animação Sociocultural e Redes Sociais e Cidadania modernidade e pós-modernidade.

Animação sociocultural, gerontologia e geriatria: a intervenção social, cultural e educativa na terceira idade (2013)



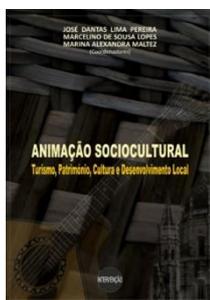
Trata-se de um livro com onde se aborda as seguintes matérias: as artes no contexto da animação sociocultural na terceira idade; animação sociocultural na terceira idade e educação intergeracional; animação sociocultural e ócio na terceira idade; animação sociocultural na terceira Idade: participação, cidadania e valores; animação sociocultural na terceira idade: educação para a vida e educação para a morte; animação sociocultural, gerontologia, geriatria, voluntariado e empreendedorismo na terceira idade; experiências de animação sociocultural na terceira idade; a animação sociocultural e gerontologia social, cultural e educativa.

Teatro do Oprimido: teorias, técnicas, metodologias para a intervenção social, cultural e educativa no século XXI (2013)



Trata-se de um livro que trás para debate as seguintes matérias: teatro do oprimido e movimentos sociais no século XXI; teatro do oprimido e grupos de risco; O Teatro do oprimido a cidadania e a participação; Experiências de Teatro do oprimido; O Teatro do oprimido e a educação no século XXI; Teatro do Oprimido e a intervenção comunitária; A ética e a estética no e do teatro do oprimido; Teatro do oprimido: teorias, paradigmas, fundamentos e metodologias.

Animação Sociocultural – turismo, património, cultura e desenvolvimento local (2014)



Neste livro são tratadas as seguintes matérias: animação sociocultural, associativismo, sociedade participada e desenvolvimento local; animação turística teorias, paradigmas, fundamentos e metodologias; animação sociocultural: turismo, cultura e educação multicultural e intercultural; animação sociocultural: turismo, ócio, tempo livre, intervenção e desenvolvimento comunitário; a animação sociocultural e participação comunitária no desenvolvimento e conservação do património cultural; animação sociocultural: turismo, cultura, património e os agentes de intervenção; animação sociocultural, turismo, cultura, artes património como meio de emprego e empreendedorismo social, cultural e educativo para o século XXI; experiências de animação sociocultural e animação turística..

As Artes na Educação (2014)



Trata-se de um livro onde se aborda as seguintes matérias: o cinema multimédia na educação; as artes plásticas na educação; educação comunitária e intervenção artística; a dança na educação; o teatro na educação; a música na educação; artes performativas na educação; animação artística na educação; experiências artísticas na educação.

Animação Sociocultural, gerontologia educação intergeracional: estratégias e métodos para um envelhecimento ativo. (2015)



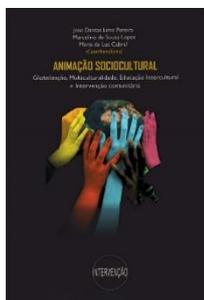
Neste livro são abordadas as seguintes matérias: envelhecimento ativo e autonomia; animação sociocultural na terceira idade cidadania e participação; animação sociocultural na terceira idade realidade portuguesa e perspectivas europeias; animação sociocultural, gerontologia e deficiência na terceira idade; as artes como meio de animação sociocultural, educação intergeracional e envelhecimento ativo; animação sociocultural, gerontologia, práticas intergeracionais e educação intergeracional; experiências de animação sociocultural e educação intergeracional; o animador sociocultural gerontólogo.

O animador sociocultural no século XXI (2015)



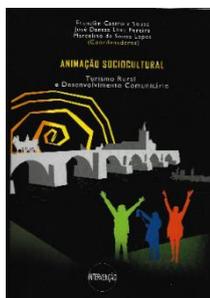
Um livro onde se abordam as questões dos animadores socioculturais no século XXI, nomeadamente: a formação dos animadores socioculturais | os âmbitos de intervenção dos animadores socioculturais | o perfil, a deontologia e a ética do animador sociocultural | o emprego, as funções e o empreendedorismo | a identidade dos animadores socioculturais | ss perspectivas futuras do animador sociocultural.

Animação Sociocultural globalização, multiculturalidade, educação intercultural e intervenção comunitária (2016)



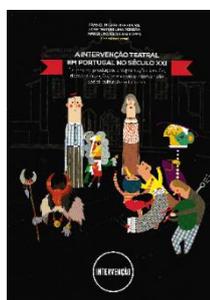
Este livro procura encontrar caminhos e pontes à volta animação sociocultural, multiculturalidade e educação intercultural; procura ainda promover a animação sociocultural como uma metodologia de intervenção assente em técnicas sociais culturais e educativas para levar as pessoas a agir e a interagir no sentido de as tornar protagonistas e não seres passivos, marginais e resignados. Releva ainda a pedagogia da diferença e a projeção do aprender a viver juntos,

Animação Sociocultural, Turismo Rural e Desenvolvimento Comunitário (2017)



Neste livro estão reunidos textos de conceituados investigadores e técnicos que refletem as relações da animação sociocultural, o turismo rural e o desenvolvimento comunitário nas suas plurais dimensões, nomeadamente: turismo, saúde, ócio, tempo livre e intervenção terapêutica; turismo paranormal e religiosidade no espaço rural; animação sociocultural, turismo e ruralidade; as artes e a cultura como meio de animação turística rural e educação comunitária; turismo rural, educação e animação ambiental; experiências, projetos e incentivos de turismo rural.

A intervenção teatral em Portugal no século XXI: formação, produção, programação, gestão, descentralização, animação e intervenção social, cultural e educativa (2017)



Neste livro estão reunidos textos que abordam os diferentes âmbitos da intervenção teatral em Portugal, nomeadamente: teatro e intervenção educativa; produção, descentralização e gestão teatral; teatro, animação sociocultural e intervenção comunitária; teatro, saúde, bem-estar e intervenção terapêutica; teatro, jogo, drama e intervenção social; experiências e intervenções teatrais e para teatrais.

A Animação Sociocultural e a Educação Intergeracional (2018)



Neste livro estão reunidos textos das comunicações proferidas do Congresso Internacional a Animação Sociocultural e a Educação Intergeracional – no contexto do envelhecimento no meio rural e urbano: atividades, técnicas, métodos e estratégias para uma vida ativa. Abordam-se temáticas relacionadas com: Envelhecimento ativo; intergeracionalidade; estratégias, metodologias e técnicas de intervenção junto da população idosa.

As Artes na Educação Especial – Teorias, Metodologias e Práticas Sociais, Culturais e Educativas para a Inclusão (2019)



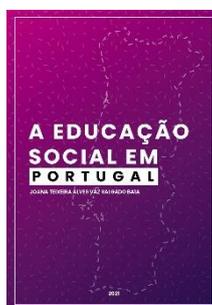
Este livro procura fazer eco das potencialidades e habilidades existentes em todos os seres humanos, procura ainda relevar o papel da arte na educação inclusiva: escrita, pensamento e ideias da diferença, a animação artística e intervenção educativa junto de populações especiais, teatro, terapia, inclusão, jogo e deficiência, a música, artes e intervenção educativa, social e cultural na deficiência, artes performativas, criatividade, inclusão, participação junto de cidadãos portadores de deficiência, arte, cidadania, participação e práticas educativas inclusivas.

A Animação Sociocultural, território rural, património, turismo, envelhecimento e desenvolvimento comunitário: Estratégias, recursos e métodos de combate ao despovoamento (2019)



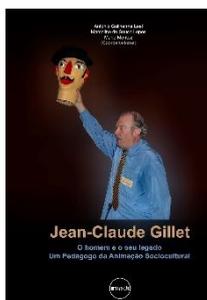
Este livro reflete o papel da animação sociocultural nos seguintes contextos: desenvolvimento e educação comunitária; as novas paisagens rurais e a sua sustentabilidade social; As economias sociais e solidárias como impulsionadoras de estratégias para fixar e repovoar o território rural; Cultura e desenvolvimento local; associativismo, turismo, património e desenvolvimento local; animação sociocultural, ruralidade, envelhecimento e despovoamento; projetos e experiências de animação sociocultural em territórios de baixa densidade populacional; território, ruralidade, globalização e os desafios da contemporaneidade.

Educação Social em Portugal (2021)



Livro que resulta da tese de doutoramento de Joana Salgado Baía, onde se encontram plasmados os seguintes eixos temáticos: o campo conceitual da educação social, a origem e a evolução da educação social em Portugal e no contexto europeu, perfil, funções e intervenção do técnico superior de educação social, a ética e o código deontológico do técnico superior de educação social e ainda às questões ligadas às problemáticas da profissionalidade em educação social e a educação social e as áreas afins.

**Jean Claude-Gillet: o homem e o seu legado – Um Pedagogo da Animação Sociocultural
(2021)**



Livro que resulta de uma homenagem a Jean Claude-Gillet e onde se faz eco dos seguintes temas: os contributos de Jean Claude-Gillet para a animação sociocultural e para a formação de animadores em Portugal; a matriz francófona e a matriz ibérica na animação sociocultural; Animação Sociocultural, Cidadania, Ética e Pedagogia do compromisso em Jean Claude Gillet; Jean-Claude Gillet, um académico e um investigador comprometido.

**Animação Sociocultural, Geriatria, Gerontologia e os Novos paradigmas do Envelhecimento
(2021)**



Este livro trás à colação os seguintes temas: problemáticas do envelhecimento na comunidade e animação sociocultural; envelhecimento, educação, cidadania e participação; s artes, animação sociocultural, terapias, envelhecimento e bem-estar; gerontologia, geriatria e intervenção social, cultural e educativa; metodologias de investigação e de intervenção em gerontologia, geriatria e animação sociocultural de idosos e projetos, percursos, partilhas, técnicas, experiências e intervenções no contexto do envelhecimento.

Em síntese:

22 Congressos realizados:

27 Livros editados;

- Centenas de conferências proferidas a nível nacional e internacional;
- Dezenas de parcerias com municípios, escolas e associações

E como canta, diz e entoia Jorge Palma:

“A gente vai continuar

Enquanto houver estrada pra andar

Enquanto houver ventos e mar

A gente não vai parar

Enquanto houver ventos e mar”

Referências bibliográficas

Ferreira, José António. (1982): *Para uma prática de e na Intervenção*, Lisboa, Encontro de reflexão sobre o futuro da Intervenção (texto policopiado).

Garcia, Orlando. (1982): “Local: Sítio das Autarquias e da Animação”, in *Intervenção – Revista de Animação Sócio-Cultural*, n.º 1-2.ª série, Janeiro, Lisboa, pp.12-13.

Garcia, Orlando. (1988): *Os tempos livres: mitos e práticas*. Revista Tempo Livre e Turismo, Cadernos Municipais, Lisboa, Fundação Antero de Quental.

Giacometi, Michel, (1979) : " entrevista com Michel Giacometi, in *Intervenção-Revista de Animação Sócio-Cultural*, n.º 13, Setembro/Outubro, Lisboa, pp.2-6.

Martins, Luís Manuel. (1977): “Animação o que é?”, in *Intervenção – Revista de Animação Sócio-Cultural*, n.º 5/6, Lisboa, pp.2-5

Salgado, Lucília. (1982): “O que foi e o que é o movimento associativo”, in *Intervenção – Revista de Animação Sócio-Cultural*, n.2-2ª série, Fevereiro, Lisboa, pp.14-15

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO: De Sousa Lopes. Marcelino (2022); INTERVENÇÃO- A incontornável referência na história da Animação Sociocultural em Portugal ; En: <http://quadernsanimacio.net> nº 35; Enero de 2022; ISSN: 1698-4404